

Grupo dos Oito propõe união contra a dívida

Rio — Os ministros da Fazenda dos países que integram o chamado Grupo dos Oito, reunidos ontem no Rio, decidiram que é necessária a implantação urgente de um programa “concertado” de redução da dívida externa da América Latina frente aos bancos credores — cerca de US\$ 450 bilhões, de modo a viabilizar a retomada do seu desenvolvimento econômico-social, em consequência da diminuição da transferência de recursos para o exterior. Esse programa, destacaram os ministros, deve ser caracterizado pela moderação, sem nenhum indicio de confronto com os credores.

O ministro Maílson da Nóbrega disse, em nome do grupo, após o encerramento do encontro, que os governos da Argentina, México, Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela e Uruguai (o Panamá, por razões políticas, foi afastado do grupo) decidiram, também, realizar um esforço conjunto de cooperação para equacionar a questão da dívida entre os países latino-americanos, “como um exemplo aos credores de que é possível reduzir a dívida oficial”. Essa medida, segundo Maílson da Nóbrega, representa, ainda, “um passo para assegurar o processo de integração regional”.

O ministro enfatizou, em diversos momentos, que as discussões foram em cima de “questões concretas e não apenas retóricas”, acrescentando que “foi a primeira vez que governos de países latino-americanos decidiram discutir o assunto sem a apresentação de queixas ou aspirações irrealistas, mas voltados ao encontro de uma solução”.

Propostas

As bases desse programa, que, segundo um assessor do ministro brasileiro, poderá surtir efeito já a partir do próximo ano nos balanços de pagamento dos integrantes do Grupo dos Oito, ainda não estão definidas e, de acordo com Maílson da Nóbrega, só serão fixadas após análise de todas as hipóteses discutidas no encontro, pelos presidentes de cada um dos países.

A rigor, são três as propostas em discussão, que visam a equacionar o problema da dívida latino-

americana através da utilização de mecanismos de mercado (conversão da dívida em capital, investimentos, exportações); ou a criação de uma agência internacional que se incumbiria de reduzir a dívida no mercado secundário, para adquirir títulos da dívida; e, por fim, um mecanismo de troca de bônus, ou título, que seriam emitidos pela nação devedora, com a garantia de uma agência multilateral, como, por exemplo, o Banco Mundial e posteriormente trocados pelo débito antigo.

As duas últimas hipóteses, que até já foram sugeridas por governos de países industrializados, como a França, têm mais possibilidades de serem adotadas para a redução da dívida. Os mecanismos de mercado — ressaltou Maílson da Nóbrega — têm efeitos mais lentos e, apenas no prazo de uma década, no mínimo, reduziriam substancialmente o volume global do estoque da dívida e o nível de transferência anual de recursos.

Retórica

“Temos que entender que as propostas precisam ser analisadas com calma e têm que ser sérias. Não basta só a retórica de que é preciso reduzir a dívida, mas saber qual a forma adequada para essa redução”, disse Maílson da Nóbrega, explicando que cada país, independentemente de pressão ou monitoramento externo, deve promover ajustes econômicos internos que viabilizem o surgimento de um clima propício ao desenvolvimento econômico e social. “A redução da dívida não deve ser vista apenas como algo que permita o aumento do consumo interno”, observou Maílson.

O comunicado conjunto dos ministros do Grupo dos Oito, divulgado após a reunião, enfatizou que eles também realizaram, durante o encontro, uma troca de experiências sobre os programas econômicos em curso, focalizando, particularmente, a pressão crônica para a elevação dos preços nos últimos anos e a estagnação econômica observada na maioria dos países do continente latino-americano e sua vinculação com o pagamento dos juros da dívida externa.